

MEMÓRIAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ACERCA DO PROCESSO CONSTITUINTE BRASILEIRO DE 1987/1988

Depoimento à ex-governador José Serra (PSDB-SP), ao ministro Gilmar Mendes e aos professores Rodrigo Mudrovitsch e Eduardo Graeff

Gilmar Mendes – Presidente, nós estamos aqui para ter aquela conversa sobre o Processo Constituinte, no Instituto Brasiliense de Direito Público em Brasília, já estamos há algum tempo – Rodrigo Mudrovitsch que está aqui, Rodrigo Kaufmann e eu – participando de um grupo que estuda a reconstrução histórica do Processo Constituinte. E estamos ouvindo pessoas que participaram desse momento importante, principalmente agora que estamos a comemorar 25 anos da Constituição de 1988, vamos celebrar essa data agora em 05 de outubro. Então, gostaríamos de ouvi-lo inicialmente sobre a sua experiência nesse processo que é singular, temos muitos debates aí sobre Constituinte exclusiva ou congressual, o modelo que foi eleito pela Emenda Constitucional 26, e depois todos os desdobramentos nesse processo?

FHC – Bom, para começar, a menção à discussão é verdadeira, quer dizer, alguns de nós aqui participamos ativamente do debate a respeito que a Constituição, Constituinte deveria ser exclusiva, ou deveria funcionar ao mesmo tempo que o Congresso ou com os congressistas. A ideia de exclusividade era porque daria mais independência, as pessoas não iam mais votar em função dos próprios interesses. E finalmente o que prevaleceu foi uma assembleia, o congresso seria eleito com um mandato Constituinte, aí seríamos congressistas dos Constituintes. E que, entretanto, isso funcionaria de uma maneira complexa, porque a Câmara e o Senado funcionavam como tal, como tais, Câmara e Senado, e de repente se transformava em Assembleia Constituinte e havia essa distinção, funcionava a Câmara e funcionava Assembleia Nacional Constituinte. Então, um processo bastante difícil, muito submetido a debates na sociedade, porque a Comissão Arinos havia preparado um relatório, e era como se fosse uma assembleia, mini- assembleia Constituinte exclusiva dos Notáveis, os Notáveis, e assim foi qualificada de Notáveis, e ao ser qualificado como Notáveis já perdeu chance de ser aprovado pelo congresso, porque ninguém queria coisas da elite. Bom, finalmente prevaleceu essa ideia. Nessa época eu era líder do MDB – PMDB no Senado, o Luiz Henrique era líder na Câmara, e o Ulysses Guimarães era o Presidente da Câmara e da Constituinte, ele acumulava as duas funções. Bem, e começou o processo, e foi muito difícil dar um pouco de organicidade àquilo. Porque... O Serra participou, pode me corrigir se eu estiver errado, mas havia vontade de todo mundo, cada um queria participar. Então, tínhamos que criar engenharia institucional para o funcionamento da Constituinte, uma mecânica processual, que contemplasse a todos. Nessa altura a OAB tinha umas ideias a respeito do assunto também, e o Nelson Jobim, que era Deputado, era muito ligado à OAB, e o Ulysses Guimarães me designou para ser o relator do regulamento da Constituição, da Constituinte...

Gilmar Mendes – Do regimento.

FHC – Do regimento interno. Bom, onde nós começamos a delinear como que funcionaria aquilo, com muita influência do Nelson Jobim nesse processo. Bom, e fizemos alguma coisa um pouco a modo do que nós imaginávamos ter sido a Constituinte Portuguesa, em que todos os constituintes participaram, todos eles eram membros de comissões especiais, sem exceção, e havia uma comissão maior que era

chamada de sistematização que deveria organizar as contribuições dos vários Parlamentos Constituintes, e ainda vinha o relator geral da Constituição. Nesse meio tempo eu fiz o relatório, e nós criamos a função do líder da Constituinte, outro debate que houve ali, porque Ulysses não queria, o Ulysses queria que os líderes do Senado e da Câmara fossem os únicos, para ele poder coordenar aquilo. Mas o Mário Covas era uma liderança emergente e poderosa, ele foi deputado há muito tempo, foi Governador de São Paulo depois, estava um pouco afastado do congresso, mas tinha um peso muito grande, e eu achei que era razoável que houvesse uma liderança da Constituinte, e essa liderança foi entregue ao Mário Covas. Então, era um processo que tinha o Presidente da Câmara, o líder do senado...

José Serra – Liderança do PMDB...

FHC – Do PMDB.

José Serra – Não era da Constituinte, era do PMDB.

Gilmar Mendes – Liderança no processo da Constituinte.

FHC – Tem toda a razão. Era o líder do PMDB. Mas que era o partido majoritário, absolutamente majoritário. Bom, então apresentei o tal regimento, e levei críticas durante dois, seis dias seguidos, porque diziam, como é que alguém que foi exilado apresenta um Regimento Rolha - como eles chamavam –, por quê? Porque tinha regra, naquele primeiro impulso as pessoas não sabiam como proceder. Mas, o Ulysses, que era homem de muita autoridade moral e prático, acabou aprovando aquela...

José Serra – O que fazia o Afonso Arinos, presidente?

FHC – O Afonso ele foi eleito presidente da comissão de sistematização, posteriormente, ele era senador pelo PMDB, pelo Rio de Janeiro.

José Serra – Ele foi o presidente da sistematização?

FHC – Da sistematização.

José Serra – E o Jarbas Passarinho?

FHC – Não, isso foi depois. Eu vou explicar o que eu me recordo. Fizemos isso aí, e começou o processo lentamente, dificilmente de organizar-se alguma coisa, se você for ler o regimento que nós preparamos, os capítulos da Constituição está lá, porque as comissões foram criadas e foram criadas com esse propósito de que todos participassem, mais ou menos de acordo com as afinidades. Você foi para comissão de finanças e orçamento?

José Serra – Orçamento, equação e finanças.

FHC – Eu fui para comissão de segurança nacional. Como era líder do Senado, fiquei na comissão. Mas a comissão importante era a comissão de sistematização, que de fato ali se agruparam as lideranças mais importantes do congresso, e foi eleito o Afonso

Arinos. Durante muito tempo não funciona o sistema, não andava, e não andava por muitas razões, havia tensão entre a Constituinte e o Presidente da República, que era o Sarney, entre o Ulysses e o Sarney, era politicamente muito complexo a situação. Aí houve uma espécie de golpe de mão, para fazer funcionar a comissão de sistematização, inventaram... Ela tinha um vice-presidente, era um deputado da Paraíba, como é que era o nome dele? Foi o vice-presidente da comissão de sistematização... uma pessoa até muito boa gente, mas que não tinha mais condições nem de energia física, nem o próprio Afonso Arinos que já estava bastante envelhecido.

José Serra – Aluizio.

FHC – Aluizio. É isso mesmo. Aluizio Campos. Bom, aí foram criados vice-presidentes dessa comissão, foi quando o Passarinho e eu entramos...

José Serra – Em sistematização?

FHC – É. Para fazer funcionar a comissão, e na prática...

Gilmar Mendes – Esse foi o golpe de mão?

FHC – É.

José Serra – Você presidiu uma sessão da sistematização?

FHC – Isso. Na verdade o Passarinho, eu, e um deputado do Rio de Janeiro do PDT, que eu esqueço também o nome agora, porque a memória já está abalada. Mas nós três presidíamos.

intervenções fora do microfone.

Quem? Não é o Arolde não, é um outro. Era um bom parlamentar, mas quem presidiu mesmo foi o Passarinho e eu, para poder...

Gilmar Mendes – A sistematização?

FHC – A sistematização. Bom, aí as comissões começaram a funcionar. As comissões foram formadas muito a partir das posições do Mário Covas, que era o líder que indicava os líderes do PMDB, e como era a maioria, as presidências das comissões foram assim, e o Mário colocou muita gente da época dele, por exemplo, para comissão de agricultura... Não existia o título de reforma agrária de agricultura. O que tinha sido Ministro do Jango.

José Serra – Oswaldo.

FHC – Oswaldo Lima Filho.

Gilmar Mendes – Oswaldo Lima Filho, Pernambuco.

FHC – Que numa certa época tinha uma posição muito ativa e tudo isso. Na comissão que lhe dava com a coisa, a questão sindical, era um antigo líder da Petrobras, que tinha sido deputado também.

José Serra – Mário.

FHC – Mário. É, o Mário mesmo. E eram pessoa da memória do Mário Covas e tal, nem todos eram os mais adequados. Então não foi fácil fazer funcionar aquele sistema todo, funcionou, mais ou menos, a comissão de sistematização fazia, enfim, a seleção e votava, e não sei o que. Houve algumas questões que foram muito complexa lá, a principal delas foi o tempo todo, politicamente falando, a duração do mandato do Presidente da República, a outra foi parlamentarismo ou não. A maioria do PMDB era favorável ao parlamentarismo, pelo menos a maioria da comissão de sistematização, isso não era a maioria, o Afonso Arinos era favorável, eu me tornei favorável, o Covas era favorável, nós todos éramos favoráveis ao parlamentarismo. Então na primeira versão que saiu da comissão de sistematização se criava o sistema parlamentarista. Dois, se encurtava o mandato de Presidente da República. Bem, nesse meio tempo houve uma tensão muito grande, porque o relator geral... Como é que chama? O relator da Constituinte.

Gilmar Mendes – Bernardo Cabral.

FHC – Bernardo Cabral. Tinha que fazer depois do texto da comissão de sistematização, ele tinha que apresentar um texto, eu não tenho certeza o que estou dizendo, mas eu acho que era depois dessa comissão, um texto que fosse mais congruente. E no texto do Bernardo Cabral ele assumiu a posição do parlamentarismo de diminuir o mandato, e parlamentarismo já elegeria o presidente, isso criou uma tensão muito grande com o governo. Depois eu vou detalhar. Aí havia uma tensão, depois havia uma tensão com as Forças Armadas, e a questão do parlamentarismo era vista com certa dificuldade pelos principais líderes das Forças Armadas. Eu me lembro que tive uma reunião na casa do Ministro da Marinha, que era o Saboia com o Richa que o Richa era muito favorável ao parlamentarismo. E no processo de organização de tudo isso foram se constituindo subgrupos. O Richa, por exemplo, criou um grupo, que era um grupo que fazia uma espécie de ponte entre o MDB e as outras forças.

José Serra – Era ele e a Sandra Cavalcanti.

FHC – Sandra Cavalcanti.

José Serra – Se reuniam no Instituto Israel Pinheiro.

FHC – Exatamente.

José Serra – Nos arredores. Na época era arredores de Brasília.

FHC – E eles eram muitos favoráveis. Eu, o Richa e o Afonso Arinos e outros fomos conversar com os militares para explicar como é que funcionaria o sistema. Mas eles não opinaram, não impuseram coisa nenhuma nessa altura, a maior preocupação das Forças Armadas era outra, era com a chamada função dos militares como seria definido na Constituição. Bem, eu como membro da comissão de segurança nacional apresentei

a emenda lá, a mesma proposta da Afonso Arinos, que dizia em termos gerais que as Forças Armadas, que a função delas é preservar a integridade do país e cuidar da defesa externa do país. Bom, isso foi rechaçado, porque os militares queriam que houve alguma abertura para questão da lei da ordem. O Bernardo Cabral, houve uma reunião naquele anexo do congresso que trata... Como é que chama? Prodasen. Onde os representantes dos partidos mais de esquerda, me lembro bem que está o Genóio lá, Aroldo Lima, alguns do PDT. Foram ao Bernardo Cabral e pediram que ele voltasse ao texto da Comissão Arinos, quando ele foi fazer (Ininteligível) (00:13:21), ele fez isso, ele colocou parlamentarismo, cortou o mandato, colocou a missão das Forças Armadas limitada. Eu só sei que ia haver uma condecoração do dia dos militares em agosto, eu acho que é 25 de agosto, e o Bernardo ia receber uma medalha, ele estava apavorado porque os militares estavam lá talados. E houve uma reunião em seguida que o Sarney chamou do ministério, e como líder eu participava. Quando chegamos nessa reunião, o líder então... Era PDS o lá da Bahia, o português? José Lourenço, mas era líder do PDS, não é?

José Serra – PDS.

FHC – Então ele fez uma catilinária contra a Constituinte, na frente do Presidente da República, porque diziam que eram gastos irresponsáveis, e ia tornar ingovernável o país, não sei o que, eu fui pedir a palavra para contrapor, o Sarney não me deu a palavra, ele quis evitar ali um confronto, terminou aquilo eu peguei o General Leônidas Pires Gonçalves e fui conversar com ele na janela que ele estava muito irritado com o texto do Cabral. Bom, aí o Sarney mandou me chamar, ficou preocupado o que eu ia dizer para o Leônidas, eu não disse, eu fui gentil com ele, ele também comigo. Mas enfim, nesse meio tempo o Sarney, o Presidente Sarney, convocou uma reunião a noite no Alvorada, para chamar o Cabral, porque o texto do Cabral tinha criado um mal estar em vários setores do Brasil. e o Cabral me pediu que eu fosse com ele, eu fui, então estavam lá o Presidente da República, o Costa Couto que era o chefe da Casa Civil, aquele general que era muito sensato, que era o chefe do SNI, o Ivan, Ivan Mendes, que é muito sensato, e outros mais... Ah, o Saulo Ramos. E para minha surpresa eles começaram a cobrar do Cabral, porque o Cabral ter-se-ia comprometido a fazer coisas diferentes. Então ali foi uma crise muito grande, a primeira versão que saiu. E depois a partir daí, nós tínhamos aprovado uma porção de matérias, umas referentes à reforma agrária, havia textos referentes à duração da jornada de trabalho, tudo isso foi um texto muito polêmico, toda aquela parte financeira muito mal digerida... Na verdade quem entendia disso, o Serra me corrija aqui, naquela época era você, o Cesar Maia, e tinha um rapaz do Rio que se metia muito nessas matérias, o Salomão, eu não sei se o Campos se metia.

José Serra – Na verdade nem o Delfim nem o Campos participaram. Porque há uma certa confusão para quem não acompanhou, o que era orçamento de tributações e finanças e comissão de economia, que isso foi separado, a comissão de economia, onde estava o Campos, o Delfim e o Severo Gomes, era o palco de grandes confrontos, definição de empresa nacional, eu só em envolvi com isso em plenário, muito depois, por exemplo, havia um dispositivo que dava concorrência do setor público pontos adicionais para as empresas de capital brasileiro, em detrimento de empresas de capital estrangeiro, ambas funcionando no Brasil, então não tinha sentido, se está no Brasil emprego...

FHC – Mas ficou na Constituição assim, empresa nacional...

José Serra – Não, isso nós derrubamos a prioridade na... A definição ficou, empresa brasileira de capital nacional.

Ex Presidente Fernando Henrique Cardoso – Ficou a definição, bom, isso teve polêmicas nessa área, mas eu me referia, depois à questão agrária que foi uma questão muito espinhosa também, e a questão da duração da jornada de trabalho e vários direitos trabalhistas foram espinhosos, agora, pouco a pouco, depois desse episódio Cabral, e tal, a constituinte não funcionou, digamos, no mesmo ritmo o tempo todo, foram momentos em que parecia que não se chegaria a acordo nenhum, e o Ulysses era decisivo nisso, porque o Ulysses realmente comandava aquilo ali, vamos votar, vamos votar, insistia muito, o Ulysses também era foco de tensão com a presidência da república, com o Sarney.

não identificado – Antes de ir em frente, eu sempre fico intrigado com uma coisa que não foi matéria de muita discussão aparentemente, que é sistema eleitoral, que eu lembro ele não se defendeu formas alternativas...

FHC – Porque antes da constituinte nós derrubamos, cantando o Hino Nacional, o que estava na constituição anterior, que era o voto distrital, teve uma votação, tiramos isso aí.

Gilmar Mendes – Que havia previsão.

FHC – Estava na Constituição, havia previsão, nem se discutia mais.

José Serra – Eu ia fazer uma pergunta sobre isso, quando entrou o voto distrital na Constituição? Mas não foi em 67.

Gilmar Mendes – Foi em 69.

José Serra – Porque as eleições seguintes não foram...

Gilmar Mendes – Havia uma previsão que dependeria de lei, eu acho que tinha uma emenda...

José Serra – Foi na de 69 mesmo, Constituição que nós encontramos foi a de 67, alterada...

Gilmar Mendes – Isso foi fruto de uma emenda.

José Serra – O voto distrital estava previsto na original, nunca foi implantado porque faltava lei.

Gilmar Mendes – – Eu não sei se já estava na de 67, eu acho que estava na emenda...

José Serra – Eu tenho dúvidas se estava na de 67 ou na de 69.

FHC – Nós derrubamos a emenda 30.

José Serra – “Nós” não foi a constituinte, foram vocês antes da constituinte.

FHC – Foi antes da constituinte, o assunto estava morto, eu não me lembro de haver debates de voto distrital durante a constituinte, e era complicado, porque era parlamentarista. Bom, enfim, deixa contar outro episódio que é anterior a esse, foi durante a feitura do regimento da Constituição. Havia uma discussão muito grande sobre a soberania da constituinte, e eu me lembro que nós tínhamos posto lá uma cláusula que dizia que a constituinte teria o poder de vetar decisões do executivo que contrariassem as suas decisões, e isso foi interpretado pelo presidente da república, Sarney, como um começo de limitação dos poderes dele, e um dia ele pediu que eu e o Carlos, da Bahia, o Santana, que era líder da câmara, do governo na câmara, que nós fôssemos lá ao palácio tomar um café da manhã com ele, e ele estava fora de si, eu digo: ‘Sarney, não se trata disso, toda constituinte ela é soberana, nós não estamos aqui para tomar, discutindo... Estamos dizendo o seguinte, se a constituinte tomou uma decisão o executivo não pode contrariar, essa decisão’. Acabou ficando assim, foi muita tensão para esclarecer esse ponto.

José Serra – Ficou assim, mas não foi tomada nenhuma decisão. Houve na época a ideia de que a constituinte emitisse, não sei se você lembra disso, atos constitucionais que provocavam arrepio no Sarney, ou seja, tem a constituinte, ela decide sobre assuntos de governo, independentemente do executivo, e o executivo tem que se enquadrar, isso tem uma briga imensa... Não teve efeito prático nenhum.

FHC – Como? Regimento interno, antes da constituinte...

José Serra – Está no regimento interno atos constitucionais.

FHC – Como estava no regimento interno, foi posto por nós lá, o Jobim e eu, eu não sei se vocês já trabalhavam conosco, eu acho que sim, o Eduardo, mas nós pusemos lá uma coisa que foi um começo de emenda popular, que era possível que houvesse um certo número de assinaturas e houvesse a apresentação da emenda e a defesa da emenda, da tribuna da constituinte para não parlamentares, então isso entrou também no regimento anterior.

José Serra – Agora, de quem foi a ideia dos atos constitucionais?

FHC – Essa não foi minha, quem quiser que assuma.

José Serra – Que o Jobim fala como se fosse de um terceiro, eu acho que foi dele.

FHC – Pode ser, dele ou do Ulysses através dele, eu sei que, por exemplo, uma coisa muito discutida que foram as medidas provisórias foi ato do Jobim por inspiração do Ulysses. Ulysses chamou lá e falou, olha aqui, fica ingovernável, e tinha razão, se não tiver um instrumento mais eficaz, e o Jobim tirou isso da Constituição Italiana, só que quando ele fez isso era parlamentarismo, nós estávamos prevendo o funcionamento de um sistema parlamentarista, bom, em suma, as questões, a partir de certa altura começou a haver uma polarização. É um voto de confiança, na prática, cai o governo.

José Serra – A diferença básica da medida provisória para o decreto lei, é que o decreto lei era aprovado por decurso de prazo, e a medida provisória cairia, mas na pratica é um instrumento semelhante.

Gilmar Mendes – Sobretudo depois que veio a reedição, aí acabou.

José Serra – Aí foi a reedição continuada, foi inventada pelo Saulo Ramos, provavelmente pelo Celso Melo, quem era assessor do Saulo Ramos.

Gilmar Mendes – Sim, mas já havia a prática no direito italiano, embora o prazo fosse de sessenta dias.

José Serra – Apenas como curiosidade. Uma inovação do governo Sarney, mas depois da Constituição promulgada, porque o decreto lei continuou vigente até a nova Constituição.

FHC – Agora, o que está dito na Constituição, se eu me lembro bem, sobre medida provisória, ele depende da aprovação prévia por uma comissão mista da câmara e senado, oportunidade, urgência e relevância, não era tão arbitrário assim, é que o congresso nunca exerceu seu poder nessa matéria, o congresso podia perfeitamente... Quando eles tentaram mais tarde – eu já era presidente da república – alterar essa parte por pressão do Aécio e do Antonio Carlos, presidentes da câmara e do senado, eu disse, olha, eu vou concordar com vocês, eu estou no fim do mandato, isso aparece como uma grande reivindicação democrática, mas não vejo isso, que bastava a câmara e o senado exercerem seu poder, isso aqui não tem relevância, não, ao contrário, transformaram a medida provisória num guarda chuvas, uma maneira de saltar com isso comissões de análise, uma maneira de inserir novas matérias, ficou um arbítrio muito grande. Algumas foram, para julgar urgência, mas depois deixaram de ser, progressivamente.

José Serra – Vou fazer uma pergunta anterior, você acha que o Tancredo, se tivesse assumido, ele teria convocado a constituinte, ou o que teria feito em relação a isso?

FHC – O Tancredo tinha ideias mais claras sobre a função do poder no Brasil, vou dar um exemplo, poder e o resto: uma vez o Tancredo eleito presidente, alguém – tesouro americano, não sei se foi secretário, era gente importante – veio a Brasília e queria porque queria falar comigo, eu estava em Ribeirão Preto, e eu falei com o Tancredo, marquei para falar com ele, o Tancredo sabia tudo que ele queria fazer em matéria de dívida externa, ele me deu instruções detalhadas sobre o que eu devia dizer, o que eu não devia dizer, o que tinha na cabeça dele. O Tancredo tinha noção, eu acho que dificilmente o Tancredo, naquelas condições convocaria uma assembleia como o Sarney convocou, o Sarney convocou a assembleia e deu plenos poderes, e também perdeu a capacidade de comandar o processo porque ele não tinha legitimidade para controlar, o Tancredo teria, então o Tancredo teria maior influência na feitura da Constituição do que o Sarney, que se opôs a algumas medidas.

José Serra – É mais provável que o Tancredo desse cobertura a um processo de emendas à Constituição.

FHC – É provável.

Gilmar Mendes – Depuração.

FHC – Ele tomaria a Constituição de 46 como base, mas, sobretudo, eu acho que ele teria a capacidade de politicamente controlar, enquanto o Sarney ficou um tanto apertado politicamente, pela predominância absoluta do PMDB, vou dar um exemplo, e o plano que não deu certo, vou dar um exemplo disso aqui, logo no começo do governo Sarney o Ulysses convocou um jantar na casa dele, que era presidente da câmara, com todos os ministros, e os líderes, todos eram do PMDB, menos um que era o Dornelles, e eu fui à casa do Dornelles para explicar por que ele não era convidado, então imagina você, quando o presidente da câmara convocava os ministros do seu partido, convocava todo o ministério.

José Serra – O Marco Maciel que era ministro da educação, que era do PFL, o Dornelles.

FHC – Quem mais? O ministério era PMDB, que foi feito pelo Ulysses e Tancredo, então...

José Serra – O Olavo Setúbal, que era do PFL.

FHC – A posição política do Sarney era delicada, ele não tinha poder, e o que ele fez? Ele concentrou as forças, e aí se juntou com as forças mais conservadoras, que era o que ele dispunha para poder se apoiar, no sentido de impedir o que? Basicamente era a duração do mandato, não convocar já eleição, isso aí houve uma briga grande, e também o parlamentarismo, num dado momento o Sarney, que tem vocação parlamentarista, tinha, deve ter, não sei se ainda tem, eu já não tenho, o que o Sarney fez? Ele fez uma proposta através do Richa de fazer um sistema pelo qual ele aceitaria o parlamentarismo que seria implantado no último ano do mandato dele, ele ficaria cinco anos, ou coisa que o valha.

José Serra – Com a única condição de que o primeiro ministro seria estável durante dez meses.

FHC – Uma coisa assim, era razoável.

José Serra – Eu pergunto, era uma proposta bem razoável?

FHC – Razoável, claro, e por que não foi aprovada? Porque o Mário Covas se opôs, nós estávamos reunidos na casa do Ulysses, eu me lembro bem disso, e decidimos que o Scalco, que era o segundo do Mário Covas na época, na liderança, iria falar com o Mário que tinha tido um problema de coração e estava no INCOR, o Scalco veio, falou com o Mário, o Mário foi contra essa proposta, então o Sarney foi ficando apertado, nós, os que dialogavam com ele, era principalmente o Richa, que ele gostava do Richa, e o chefe da casa civil, a certa altura, sem diálogo, ele então criou o centrão, ajudou a criar o centrão, fez um discurso forte contra a constituinte, o Sarney, na televisão, o Ulysses respondeu e aquilo foi a origem do centrão, e o centrão não só conseguiu mudar, mudou as duas coisas que o governo queria, acabar com o parlamentarismo e manter a duração do mandato, o Sarney quando foi eleito tinha seis anos, ele abriu mão de um ano, então ficou cinco anos e sem parlamentarismo, isso eles conseguiram logo de cara, mas acontece que a luta toda era contra a comissão de sistematização, que era

Afonso Arinos, Passarinho, eu, e acontece o seguinte, que pela dinâmica processual tem, um negócio que era DVS, que foi introduzido também pelo centrão, que era para evitar o que nós tínhamos aprovado, comissão de sistematização.

José Serra – Subsistisse no texto.

FHC – Exatamente, só que nós ganhamos tudo na votação.

José Serra – Mas num certo momento a tática foi adotar o relatório do centrão, que derrubou o da sistematização, não é? E aí usando DVS que implicavam ter que ter maioria absoluta, um artigo para permanecer teria que ter votação a favor da maioria absoluta, e é um instrumento poderoso para derrubar também, o DVS.

FHC – Continua até hoje, isso foi uma interpretação...

José Serra – isso foi inventado pelo centrão.

FHC – Foi inventado pelo centrão, eu não sei se eles derrubaram o relatório da sistematização, ou o relatório do Cabral, que eu acho que o primeiro da sistematização e depois um do Cabral.

José Serra – Está certo, mas o Cabral baseou o relatório dele na sistematização e foi votado na sistematização, e então passou a ser o relatório da sistematização.

FHC – Cabral I e Cabral II, e aí o que acontece?

intervenções fora do microfone

FHC – Pode ser, e aprovar o relatório dele, pode ser, eu não tenho certeza da mecânica, mas o fato é que na política o que aconteceu foi isso, agora, se eu me lembro bem, os temas polêmicos foram... O das forças armadas foi relativamente fácil, porque houve uma crise, como eu mencionei aqui, o Richa foi falar com o Leônidas, e o texto inicial que está lá foi redigido por nós dois, que era o seguinte: as forças armadas na defesa da ordem, a pedido de um dos chefes do poder, quer dizer, ficou assim, depois isso foi mudado mais tarde, na sei como está hoje, mas não houve uma briga muito grande, foi isso, briga grande, que eu me lembre, houve na questão da duração da jornada de trabalho, na questão estratégica da questão sindical, onde o PT na verdade era contra a CLT, na verdade, e houve um acordo da esquerda, basicamente, da esquerda comunista, Roberto Freire, com o Albano Franco, que era presidente da CNI, e aí resolveram manter o sistema sindical ligado umbilicalmente ao estado.

José Serra – Próprios setores do PMDB, gaúcho, a tradição Varguista, de alguma maneira...

FHC – Prevaleceu, mas houve briga, houve briga na jornada de trabalho, nos vários itens... Estabilidade, o que nós fazíamos, o Serra pode ver se eu estou certo ou não, pega um exemplo abstrato, jornada de trabalho, os grupos mais à esquerda propõe que seja de quarenta horas, os mais à direita que seja de 48 horas, e nós entrávamos no 44, a liderança, Mário Covas, Serra, eu, Luiz Henrique, o próprio Ulysses, aqui nós procurávamos equilibrar, a questão do emprego foi a mesma coisa, inventou-se um

sistema que em vez de estabilidade de emprego havia uma multa muito grande para quem perdesse o emprego, quer dizer.

José Serra – A multa do fundo de garantia? Que na época estabilidade absoluta no emprego, como funcionário público, foi indo, foi indo, na negociação quem apresentou uma emenda trocando isso pela multa no fundo de garantia foi o Ronaldo Cesar Coelho, e quem defendeu muito, e negociou, etc, foi o Luiz Roberto Pontes. Um, na época já ex-empresário financeiro, o Ronaldo aliás nunca defendeu nenhum interesse dessa área, mas o Luiz Roberto Pontes sim, assumia sua condição.

FHC – Assumia, mas era correto.

José Serra – Sim, pequeno e médio empreiteiro, homem honesto, correto, corajoso, mas foram eles que fizeram a proposta que...

FHC – Funcionou politicamente desta maneira, nós procurávamos chegar ao que era viável, no caso da reforma agrária houve um erro de cálculo, era a ideia de que o Passarinho, que tinha sido decisivo na definição sobre a questão do subsolo, do petróleo, inclusive derrubar aquilo que o Geisel tinha feito, que eram os contratos de risco, o Passarinho, por nacionalismo, ajudou a derrubar, ele não teve condições, ele funcionava muito nesse sistema de intermediação, ele não teve condições na questão da reforma agrária talvez por intransigência nossa, eu creio que era na questão do conceito da função social da propriedade, eu não me lembro exatamente os termos, que faltou voto, e deu como se chama um buraco negro, lembra? Não tinha maioria nem para uma coisa e nem para outra coisa, a reforma agrária polarizou muito e visto com os olhos de hoje a Constituição abriu possibilidades, tanto que foi feita, depois nós fizemos certas leis...

José Serra – Embora o centrão tivesse ganho.

FHC – O centrão ganhou, ganhou, mas na prática perde.

Gilmar Mendes – Ali também houve aquela questão da lei complementar, não é? Para o próprio processo, não é?

José Serra – Você não acha que o impasse, o maior da constituinte foi a reforma agrária, claro, parlamentarismo, mas do ponto de vista econômico e social, olhando *a posteriori*, é uma pergunta, você não acha que foi uma espécie de invenção para configurar a polarização, tinha que inventar a polarização para diferenciar um lado do outro.

FHC – Pode ser.

José Serra – Olhando *a posteriori*.

Gilmar Mendes – A reforma agrária?

José Serra – É. Ou seja, até certo ponto era uma falsa questão, isso é minha opinião, eu não vim aqui para dar minhas opiniões, mas eu perguntei a ele.

FHC – Até certo ponto é uma falsa questão, e a briga foi dada por palavras, porque a reforma agrária todo mundo queria fazer, o problema era quem é o limite? Um queria, digamos, não ter limites, um jogo... No fundo é uma briga, ponho ou não ponho e, risco o princípio da propriedade privada?

Gilmar Mendes – A questão da propriedade produtiva.

FHC – Ou seja, propriedade produtiva, era essa a expressão.

José Serra – Sim, mas o Brasil hoje está baseado na Constituição que ela tece do centrão.

FHC – E permitiu a reforma agrária, a verdade é que fizemos umas leis posteriores, mas dentro da Constituição, então de fato houve uma polarização maior...

Gilmar Mendes – Eu acho que uma contribuição do centrão aqui tenha sido a exigência de lei complementar para o processo de reforma agrária, para exigir maioria absoluta.

FHC – Exatamente, houve, enfim, um certo limite.

Gilmar Mendes – Uma limitação.

intervenções fora do microfone

FHC – Que eu me lembre, o Serra sabe mais do que eu desse assunto, você não estava, não é?

José Serra – Eu estava em outra área, eu não acompanhei na comissão, depois no plenário sim. Isso caiu, mas o fato é que ficou aquela coisa de empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, o que eu pessoalmente achava uma loucura, porque criou outra...

FHC – havia aquele DIEESE que dava nota, o DIEESE, não, era outro nome, DIAPE, que dava nota, as nossas notas, passamos na média.

José Serra – Quanto você teve?

FHC – Cinco e qualquer coisa, ou seis e qualquer coisa.

José Serra – Eu tive 3,7.

FHC – Natural, eu sempre fui à sua esquerda, mas sabe o que acontecia? Muitas vezes a loucura era muito grande, eu me lembro várias vezes de você ir para o meu gabinete e nós ficávamos lá, que nós éramos líderes, não podíamos votar contra a opinião do líder, e também não podia concordar, por exemplo, fixar a taxa de juros na Constituição, não teve o meu voto, teve uma decepção profunda do Fernando Gasparian porque eu não votei, porque era absurdo, era muita coisa assim, só que não tínhamos força para contrariar a maré, e a maré ainda na Constituição foi antes da queda do muro de Berlim, então a ideia de monopólio era muito forte.

intervenções fora do microfone

FHC – Convergiam, aliás, tem outra coisa nessa mesma linha, tudo que é corporativismo e clientelismo, aí converge muita gente.

Doutor José Serra – A frente única contra o erário... Ampla.

FHC – Aí é total.

José Serra – Nunca vi a diferença, o Brasil nunca teve uma direita austera, são até mais gastadores.

FHC – Eu até vou repetir uma história que eu ouvi do Sérgio Buarque, julgando uma tese na faculdade de filosofia, de ciência política, era uma professora, ela tinha uma caracterização do pensamento no império, Pernambuco representava o pensamento progressista, Paraná sei lá o que, liberal, conservador, e o... Sei lá, qualquer um deles, Bernardo Pereira Vasconcelos, pensamento conservador, então o Sérgio disse para a examinanda, a senhora acredita que o Bernardo Pereira de Vasconcelos leu Burke, a senhora não está confundindo conservadorismo com atraso? Eu acho isso extraordinário.

José Serra – Isso é antológico, é uma frase extraordinária. Isso você ouviu?

FHC – Eu ouvi, eu repito isso sempre, não é direita, é atraso, e o atraso vai direita e esquerda, se juntam na luta contra o erário, exatamente. Bom, mas voltando aqui ao tema, que eu me lembre esses foram os temas polêmicos, não houve tanta polêmica nas outras questões dos direitos todos, aqui que entrou, houve muita discussão, direito de injunção, que era uma novidade, mas não houve debate, obviamente, houve aceitação, ampliação da possibilidade da ADIN, a titularidade para apresentar para o supremo foi ampliada, enfim, o espírito democrático está na Constituição e ele era geral.

José Serra – Deixa fazer uma pergunta, o Saulo Ramos fez um livro de memórias em que eu costumo dizer, isso aqui é gravação para nós, não é? Em que... Hein?

FHC – Diga, o povo precisa saber também.

Doutor José Serra – Diz o seguinte, o grosso das críticas que ele faz ao Bernardo Cabral ele tinha razão, e as críticas que ele faz ao Fernando Henrique todas erradas ao ponto que ele atribuiu ao Fernando Henrique a escolha do Cabral como relator. Isso está no livro, mas as críticas do que eu conheço, em relação à constituinte, eram corretas, agora, você foi candidato a relator, isso é um episódio, uma introdução, eu aprendi, eu sabia menos, porque estava chegando em Brasília, mas eu aprendi, inclusive nos anos subsequentes, que o poder do líder é exercido quando ele escolhe relatores e presidentes de comissão, é aí que ele tem mais poder, mas o Mário Covas não... Assumiu esse poder, e fez a eleição, os candidatos foram três, só descrever, depois... Foram o Bernardo Cabral, Pimenta da Veiga, e o Fernando Henrique. Fernando Henrique foi vítima do paradoxo de Condorcet, ou seja, teria ganho o Cabral, se fosse a dois, teria ganho do Pimenta, se fosse a dois, e pegou em terceiro, a meu ver esse teve um papel, esse fato em si foi traumático do ponto de vista do processo constituinte daí em diante, eu queria apenas sua análise a esse respeito.

FHC – É isso mesmo, quem seria o relator da constituinte, e o Mário devia designar, o Ulysses eu não sei se queria que fosse eu ou que fosse o Pimenta, não posso dizer, certamente o Ulysses não queria o Bernardo, quem inventou o Bernardo foi o Richa, mas o Mário comprou a ideia, e como ele tinha que nomear, ficava muito complicado o Mário me pôr à margem, porque, enfim, somos de São Paulo, eu tinha aberto espaço para ele ser o líder da constituinte, e tal, eu estava na Paraíba conversando com o governador, aquele que levou um tiro, o Burity, quando recebi uma chamada do Mário, eu estava no palácio almoçando com o Burity, uma chamada do Mário me comunicando que ele tinha resolvido que haveria uma eleição para o relator da constituinte, e eu digo, Mário eu estou por fora, quando vai ser essa eleição? Eu pedi tempo, pelo menos, foi dado um tempo, três dias, sei lá o que, bom, aí fomos para a votação, o Pertence esclareceu-nos sobre o Bernardo Cabral, o Eduardo também, muitas pessoas, olha, é arriscado colocar o Bernardo Cabral, por vários motivos, enfim, tinham outras preferências, fomos para a eleição e o que aconteceu? Ganhou o Bernardo, em primeiro lugar, e o Pimenta no segundo, e no segundo turno, que tinha que haver, o Pimenta não tinha o apoio do senado, eu tinha o apoio total do senado, então eu ganharia no segundo turno, foi muito apertado, foi muito embolado.

José Serra – Não há dúvida que o caso mais didático que eu conheço é a aplicação do paradoxo de Condorcet, segundo o qual o terceiro é o preferido, mas pega em terceiro.

FHC – Então, o Bernardo foi designado, e o Jobim e eu para compor, mas o Pimenta eu acho que não, fomos designados relatores adjuntos do Bernardo, e fomos...

José Serra – O paradoxo é que também o pessoal do Sarney no congresso apoiou o Cabral.

FHC – Apoiou o Cabral, e fomos relatores do Bernardo, até que o Bernardo conseguiu se livrar de nós, levou para o Banco do Brasil, se livrou de nós, mas depois ele botou o Fogaça que funcionou bem, no final o Fogaça funcionou bem, e havia muitas preocupações de todo tipo, por exemplo, houve uma votação sobre a questão das polícias militares, as corporações todas se mobilizaram na construção, quem mais se mobilizou foram os juizes, eu presidindo a comissão de sistematização tive que pedir a juizes que abandonassem a sala, eles estavam perturbando, depois tinha os juizes, todos, os militares muito menos, não houve pressão, Polícia Militar sim, Polícia Civil, sim, as varias categorias profissionais pressionavam para entrar na Constituição. Deixa contar um pequeno episódio, eu fui procurado uma tarde por umas senhoras que eram bibliotecárias, para reclamar que elas não estavam na Constituição, mas porque a função de bibliotecária deveria estar na Constituição, elas tinham razão, porque estava tudo, estava Polícia Rodoviária, tudo, Guarda Florestal, tudo entrou na Constituição, e qual era a preocupação? Se não está na Constituição não vai valer, e lei não tem força, então vai para a Constituição, então as polícias tinham muita pressão, e houve uma votação, aquele rapaz que é aqui de Avaré, o Cesar, ele esteve até me visitando recentemente, de Assis, competia muito em Assis, um deputado do Estado de São Paulo, de Assis, não lembro como era o nome dele, que era muito ligado à Polícia Militar, ficou desesperado, porque houve uma votação onde ganhou um lado e no texto apareceu outro lado, haviam essas coisas, e alguém mudou o texto da votação, então nós tínhamos que tomar muito cuidado porque foi um processo duro, porque os interesses estavam organizados, e que interesses estavam organizados? Os corporativistas, que era o que tinha de

interesse organizado, o povo em geral não estava organizado, sindicato está organizado, empresário está organizado, diga-se de passagem os empresários se mobilizaram muito, criaram a ação empresarial, não digo isso criticando não, nem os sindicalistas, colocando os seus, sim, eu acho que tem uma coisa, estou vendo... Então vai, aqui... Houve uma coisa que eu acho que é muito interessante, a quantidade de emendas populares ou de textos enviados à constituinte é brutal deve estar tudo no PRODASEN, quer dizer, foi um momento em que o Brasil sonhou.

Gilmar Mendes – Mas isso se transformou...

FHC – Não.

Gilmar Mendes – Tudo foi canalizado pelas corporações e pelos setores organizados.

FHC – É, a não ser uma emenda que foi votada, uma ou duas que foram votadas, o resto não, agora se algum pesquisador, provavelmente americano, que tem mais paciência para isso, for olhar o que tem lá, vai ver o que o Brasil sonhava, porque tem tudo. É interessante isso aí, foi um momento realmente que o país se manifestou.

não identificado – A impressão que eu tenho é que, embora as pessoas possam ter assinado, e se deixado representar pelos sindicatos e pelas associações, eu acho que a participação mais intensa foi mesmo dos intelectuais orgânicos, dos dirigentes, não chegou a empolgar a base das próprias corporações, a não ser juízes, promotores, enfim.

FHC – Sem dúvida, o que aparecia lá como força real de pressão eram os grupos organizados, mas havia mais do que isso, nessas emendas populares, as igrejas, a igreja católica se movimentou muito, comunidades de base, essa coisa toda teve um papel... Ensino religioso, isso houve discussão também, enfim, mas que eu me lembre a principal polêmica foi a questão da reforma agrária. Políticas, foi a questão da duração do mandato e parlamentarismo ou não. As questões sociais, a principal foi estabilidade de emprego e a questão da duração da jornada de trabalho, definição de empresa nacional ou não, manutenção dos monopólios, esses foram os temas que pegaram mais fortemente a discussão, agora, na media, eu acho que o papel que o Mário Covas, Ulysses e nós e outros que tinham influência, foi de tentar estabelecer um consenso, alguma forma de consenso nesses temas mais delicados, nesse sentido eu acho que foi bem sucedida a experiência constituinte daquele momento, e reitero, sem Ulysses não ia sair, porque Ulysses tinha uma autoridade moral muito grande sobre todos nós ali, também ele enfrentava, o presidente falava uma coisa, ele falava outra com clareza, então eu acho que foi uma coisa bastante positiva e bem ou mal uma Constituição democrática. Quando terminou a Constituição ficou o Eduardo Jorge, não sei se você entrou nisso, nós fizemos uma proposta que era a seguinte, eu acho que houve na constituição de 1923, dividiu-se os vários itens da constituição entre os que são cláusula pétrea, os que para modificar precisava de não sei quanto de porcentagem, os que podiam quase que modificar como lei comum.

Gilmar Mendes – Um regime semi rígido.

FHC – Porque nós percebemos que a Constituição estava entrando em matéria que era não constitucional, mas não havia modo de evitar isso. Mas está lá, alguém podia olhar.

Gilmar Mendes – isso é uma marca da Constituição do império.

FHC – Mas se você for olhar, tem lá aquilo que pelo menos nós achávamos que era a Constituição, propriamente dita, só que isso era inviável, as pessoas, foi como eu disse, tinha a cara que queria.

José Serra – Teve até o Colégio Pedro II. Com a Sandra Cavalcanti.

FHC – Duas outras coisas que eu queria...

José Serra – Enfiteuse, eu aprendi o que significava enfiteuse porque é a única palavra estrangeira, eu acho, da Constituição, tem...

FHC – Ficou com a família real?

José Serra – Ficou. Ficou, Gilmar? É uma boa coisa para você... Dá uma olhada.

intervenções fora do microfone

FHC – Tem mais umas questões que eu acho que convém...

José Serra – Mas aí eu queria fazer uma pergunta, que eu acho que é bom sistematizar isso, talvez a meu ver o principal defeito da Constituição é a prolixidade, Constituição programática, ela não fixa a regra do jogo, apenas, mas também o resultado da partida, agora, qual é sua análise em síntese, por que isso aconteceu?

FHC – Porque você tinha uma demanda generalizada e uma descrença no valor da lei, então a Constituição garante, não vai mexer, estávamos saindo do autoritarismo, queríamos garantias, era esse o espírito.

não identificado – Eu acho que nisso tem uma coisa que é pior do que ser programática e prolixa, é que as prerrogativas e privilégios de natureza corporativa são auto aplicáveis, o pessoal vai para o Supremo e vale, e as coisas generosas, sociais, democráticas, essas são programáticas, então tem um desvio profundo aí.

FHC – É verdade, vamos garantir isso aí.

Gilmar Mendes – Fica assimétrica a relação.

José Serra – Não foi constituinte, mas fez uma diferenciação muito boa.

FHC – E Eduardo escreveu parte da Constituição, Eduardo Graeff e Eduardo Jorge, eu não sei se metade, mas escreveram muita coisa lá.

José Serra – Corretíssimo, uma boa observação.

Gilmar Mendes – Até porque se faz a hermenêutica do interesse, os grupos se organizam para...

FHC – Mas tem outra que nós esquecemos, que foi a previdência social.

José Serra – Só para terminar esse item, eu creio que teve um terceiro fator, você falou de desconfiança com relação ao legislador, a conveniência para as corporações de que a Constituição fosse assim, até porque as coisas específicas eles ganham, o terceiro fator que acho foi a super inflação, a angústia de oferecer para a população coisas, diante de um quadro de crise, e a constituinte foi vendida como Panacéia, essa que é a verdade, ela não foi num contexto de...

Gilmar Mendes – O texto está cheio, por exemplo, de referências à ideia de reajuste, de revisão, por conta do momento inflacionário.

FHC – Outra área que foi importante foi a questão da previdência, a noção de seguridade deu uma briga imensa, havia o partido sanitarista, você lembra, que eram médicos e que tinham um papel importante, o Almir Gabriel e aquela moça que era assessora dele, que era muito boa, trabalhou com você também.

José Serra – Maria Emília. A Maria Emília era para se segurar.

FHC – Segurava, ela deu racionalidade.

José Serra – Não fosse a Maria Emília, alguém pode achar, foi muito pródigo em matéria de previdência, mas é como aquela coisa do tenor e do barítono, vaiado na Itália, lembra? O tenor foi vaiado, aí ele falou, *espetate el barítono*, e não fosse a Maria Emília, a Maria Emília e o Custódio, que depois veio a ser deputado, prefeito de Juiz de Fora, mas o Custódio era técnico, e eles eram ambos que acho que trabalhavam no Ministério da Previdência, eu creio que era o Rafael, o ministro, ou era o Renato Archer.

FHC – Não, o Rafael.

José Serra – E eles ainda foram fator de racionalidade.

Gilmar Mendes – Eu toquei nesse ponto, seguridade, a questão do direito à saúde, que hoje dá tanta discussão, inclusive esse excesso de judicialização, a rigor já havia um modelo incipiente de um sistema integrado, no modelo de...

José Serra – A constituição estabeleceu antes...

Gilmar Mendes – Não, previamente eu acho que já havia um desenho...

FHC – Havia uma luta grande nesse sentido dos sanitaristas que foi trazida à Constituição, o que foi modificada, estatuída...

Gilmar Mendes – Que aí vira o sistema único de saúde.

FHC – Vira o sistema único de saúde, foi feito lá, agora, eu queria fazer dois comentários ainda, um, é que quando foi mudado o regime, quando caiu o regime parlamentarista a Constituição toda foi feita com o espírito do parlamentarismo, e isso não mudou, então ficou uma coisa meio complicada. Se você olhar bem as funções – é que o Congresso não exerce – de fiscalização foi enorme do Congresso, que é como se

fosse parlamentarista e estava ligado àquilo ali, tanto foi assim que quando foi na comissão de redação final – que eu fui membro dela também – nós tivemos que tirar muita coisa, porque era contraditório com o presidencialismo, mas só se mudou isso, quer dizer, todo o resto que tinha como medida provisória, que é o mais gritante, mas outros mecanismos seriam mais facilmente justificáveis no parlamentarismo do que no presidencialismo. Então, muita coisa que o presidente começou a usar medida provisória é porque atribuições que deviam ser do executivo passaram para o legislativo, tinha que mudar muita coisa, detalhe, eu me lembro de uma medida provisória sobre automóveis, porque o presidente queria um decreto, mas como nós não mudamos...

Gilmar Mendes – Matéria de organização administrativa.

FHC – Administrativo, então, isso acho que foi importante. A outra questão é que na comissão de redação final, por exemplo, nós vimos que não existia nada sobre as universidades, o item que fala de autonomia da universidade nós é que pusemos lá, autonomia acadêmica, virou financeira. Bom, não é que não tenha sido votada, alguém diz, não, foi votado, foi submetido ao plenário depois, o que foi acrescentado, não sei se havia poder, a iniciativa foi da comissão de redação, mas foi submetida ao plenário, mas o que acontece é que houve isso porque haviam não só lacunas, como inconsistências, por causa da quebra do sistema parlamentar, caiu o sistema parlamentar, esses eu acho que foram os... O resto não foram... Direito de greve, ninguém discutiu, ninguém foi contra o direito de greve, ou foi? Que eu me lembre não, não havia essa polêmica, agora, o trabalho, digamos, que não apareceu, foi muito intenso, como eu falei da Maria Emilia, mas ela é uma, muitas pessoas cooperaram, tinham noção, e pelo menos no que diz respeito a mim eu não teria feito nada sem o Eduardo Graeff e o Eduardo Jorge, que tiveram uma participação imensa na produção de textos, na discussão, encaminhamento, imagino que outros devem ter colaborado com você, ou com o Bernardo Cabral, enfim, é um processo muito mais amplo. Deixa eu dar agora só um *mea culpa*, eu também não tinha noção dessa parte toda fiscal, eu não tinha noção, a noção implícita era que o crescimento da economia vai gerar recursos e você pode botar imposto e pode botar facilidades sociais que o crescimento resolve. Totalmente, o que estou dando no meu depoimento era isso, o que eu sabia um pouco mais porque o Serra sabia mais, essa matéria chegava lá e não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, que nós não tínhamos essa noção.

Gilmar Mendes – Como dar sustentabilidade ao sistema, presumia-se que o desenvolvimento...

FHC – Resolveria, e o principal inspirador e líder da Constituição, que era Ulysses, não tinha noção dessas coisas econômicas, não é que não tinha noção, não tinha nem preocupação, era democracia, era o poder, não via por esse ângulo, e por que não dar uma facilidade social, vamos dar, mas e o dinheiro? Ele aparece, um pouco, assim, subjacente a tudo isso era despreparo mesmo das lideranças para entender a gravidade, nós estamos vindo de um momento... Estávamos em um momento inflacionário brutal que dificultava realmente avaliar as coisas...

José Serra – Porque a constituinte acompanhou o naufrágio do Plano Cruzado, primeiro semestre de 87, vocês podem imaginar, em 1988, então foi um período, imagine o que é uma inflação de 10, 20% ao mês.

Gilmar Mendes – E outro ponto, presidente, que eu queria recordar, a revisão constitucional que isso foi colocado no texto...

FHC – Estava em Portugal também.

Gilmar Mendes – Só que lá ela se repete.

FHC – E aqui não.

Gilmar Mendes – Eu sei que o Serra tem depois considerações sobre o momento...

FHC – Eu não estava no congresso nessa ocasião da revisão, na votação sim, bem como na revisão eu estava... Eu era ministro, eu não participei...

José Serra – Não houve revisão, muito pouca coisa.

FHC – Não houve, era o Jobim o líder, houve a mudança do mandato, que passou para quatro anos, e ia ser com reeleição, e por razões de tempo não votaram a reeleição, ficou capenga, isso aí, foi a última mudança que eu me lembre...

José Serra – E aproveitou o fundo social de emergência.

Gilmar Mendes – Social de emergência...

FHC – Permitiu a estabilização, ficou uma emenda... Como é que chama isso? E uma coisa provisória, expulsão contraditória.

Gilmar Mendes – Expulsão contraditória. Depois ficou sendo prorrogada.

FHC – Quer dizer, ninguém queria mexer muito na revisão constitucional.

José Serra – Mas só que ela foi engolida não só pelo ano eleitoral, mas por causa da CPI do orçamento, que desvertebrou o PMDB, que pegou os seus principais líderes.

FHC – Pegou com a boca na botija muita gente. Então ali ficou, eu não me lembro que havia... O próprio governo não tinha interesse, o Itamar não estava sensibilizado por fazer revisão, quem queria fazer revisão era o Jobim, o Luiz Eduardo Magalhães, nós queríamos essa parte de fundo de emergência, mas não havia uma vantagem, se talvez nós estivéssemos feito...

José Serra – Tinha obsessão para adiar a revisão para o novo governo.

FHC – O que era mais correto.

José Serra – Coisa que o Luiz Eduardo se opunha, porque achava que o Lula ia ganhar eleição. O Jobim se opunha porque ele era o relator da revisão, e o Fernando Henrique se opunha porque o governo precisava acenar para o fundo monetário, para isso e para aquilo, e queria fazer uma reforma da Constituição do ponto de vista fiscal, a sua equipe achava isso.

FHC – Fizemos o Fundo Social de Emergência.

José Serra – Que não dava para prever, era plausível a ideia de que o Lula ganhasse a eleição.

FHC – Claro.

José Serra – Porque, do contrário, o Governo Fernando Henrique primeiro teria tido a revisão no começo.

FHC – Mas era muito pouco provável, a probabilidade de que o Lula ganhasse.

intervenções fora do microfone.

FHC – De PECs. Porque nós estávamos querendo fazer as mudanças.

José Serra – Nós preparamos... Foi aí que o Jobim conheceu Adriane, a Adriane era minha assessora. Nós preparamos entre a liderança do PSDB...

FHC – Não vamos entrar em memórias sentimentais. [Risos]

José Serra – Entre a liderança do PSDB e o Jobim, praticamente uma nova Constituição revisando tudo, que foi a do governo também, só que não dava, era inviável.

FHC – O congresso estava em pandarecos, a comissão...

José Serra – Primeiro a Deposição do Collor, depois a...

FHC – As comissões anuais de orçamento. Enfraqueceu muito o congresso, o que permitiu que tivesse o Plano Real, porque com o congresso forte era muito mais difícil você obter aprovação de uma porção de medidas.

José Serra – O Fundo Social de Emergência... O nome não tem muito a ver...

FHC – Não tem nada, era um fundo social.

José Serra – Porque era um fundo fiscal, chamais teria passado.

FHC – Nunca.

Gilmar Mendes – Não passaria?

José Serra – Não, mas a mais remota hipótese, se não fosse aquele contexto e também o quórum de 50%. Porque a revisão era a maioria absoluta e unicameral.

Gilmar Mendes – Unicameral.

FHC – Foi isso que permitiu realmente aprovar. E o social entrou ali para...

José Serra – O Fundo Social de Emergência, até como fator psicológico para o real, foi muito importante, não é o caso de dizer se economizou tanto ou não, mas passou a ideia do ajuste fiscal.

FHC – Na realidade importamos espuma, porque era infração, não sei o que, muito importante.

José Serra – Mas psicologicamente teve um papel importantíssimo.

Gilmar Mendes – Rodrigo, alguma pergunta?

intervenções fora do microfone.

FHC – Eu não acredito que tenha sido isso não, porque pelo menos no meu caso o Afonso Arinos é que foi o grande impugnador do parlamentarismo. Nós já tínhamos a predisposição a favor do parlamentarismo, e o Afonso Arinos foi realmente o pregador dessa matéria. E o partido seria o PMDB na época, PMDB. O fantasma seria o Lula, o PT era mais ou menos parlamentarista, eu não sei como eles votaram...

José Serra – O PT era parlamentarista até o plebiscito, quando chegou no plebiscito virou presidencialista, porque achava que o Lula ia ganhar a eleição. A esquerda em geral era parlamentarista...

FHC – Era. Porque nós éramos parlamentaristas, eu não era...

José Serra – O PT.

FHC – Eu me tornei, eu não era, porque aí vêm outras coisas que são mais pessoais, eu venho de uma família de militares, visando o estado, governo executivo, a minha alma era muito mais forte do que o parlamentarismo, na convivência lá, e também pela questão seguinte, como é que você faz democracia sem partidos? Como você faz partidos com executivo tão forte assim como é o imperial como é o nosso, então isso pesava muito, vamos criar partidos de verdade, vamos fazer o parlamentarismo, era mais isso convicção democrática do que oportunismo eleitoral, pelo menos no nosso caso aqui, dos aqui presentes e outros mais, eu acho que era isso.

José Serra – Também a ideia de que você tem governos quando não consegue mais governar, cai o governo, troca sem traumas. No presidencialismo é golpe, é crise.

intervenções fora do microfone.

FHC – Bom, o que levou foi indiscutivelmente, porque foi feito através dessa maneira. Agora recentemente voltou a ideia, quando falaram fórum exclusivo, podia ser exclusivo também nesse sentido. Agora eu não creio que você possa democraticamente delegar um conjunto de sábios a responsabilidade de fazer, enfim, a Constituição. Os sábios podem escrever o que quiserem, e ter influência, se tiver influência então vai. Eu não acho que você possa, talvez seja... O cachimbo entortou a minha boca, que eu fui senador. Mas eu acho que é irrealista pensar que você tem outras pessoas que não estão na vida política...

José Serra – Existe um poder abstrato, que é o poder da razão.

FHC – Absoluta e tal. Eu não acho que isso seja viável.

intervenções fora do microfone.

FHC – Como é que você faz isso, ou você penaliza quem foi eleito, que não vai poder ser outra vez, e se for eleito, você acha que vai ser eleito muito diferente do que foram, ou não vai ser eleito, o Presidente da República, quem designa os autores da constituição? É um falso problema que volta sempre.

Gilmar Mendes – E os partidos vão se demitir da tarefa de participar. [Risos]

intervenções fora do microfone.

Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – Outorgadas, você tem que outorgar.

José Serra – Aliás, boas como a [ininteligível] [1:10:25] para o Japão que dura até hoje.

FHC – Mas uma Constituição votada, como é que vota?

José Serra – Mas olha, no que se refere ao parlamentarismo, não deixou de ser aprovado por causa disso, eu acho que não foi aprovado por causa da mistura entre mudança de sistema político e prazos para eleição, mandato do Sarney e etc, se não tivesse havido essa segunda questão posta, parlamentarismo teria sido aprovado, era maioria.

FHC – Era a maioria. Ganhou.

José Serra – O momento em que se defendia o corte do mandato do Sarney.

FHC – Quatro anos, seis anos, cinco anos, pronto.

José Serra – E inclusive uma aplicação já. Enfim, houve uma intransigência que ao meu ver é um fator muito específico, não é uma grande teoria, mas que impediu aprovação do parlamentarismo.

FHC – Outra coisa, que eu acho que não é na Constituinte, mas que eu me arrependo, por exemplo, quando eu era Presidente. Se nós tivéssemos na reforma da previdência sido mais humildes, dizer olha, não vamos mexer no que está aqui, vamos pensar no futuro, tínhamos passado muito mais coisas, que o futuro chegou...

intervenções fora do microfone.

FHC – Ele tinha razão. Digamos, limitação de idade para aposentadoria, não para os atuais, porque o tempo passa e vai.

Gilmar Mendes – O que se consumiu de energia?

FHC – Enorme, houve uma espécie de voracidade nossa, de mudar tudo, mudar de repente com rapidez, não se consegue, não é razoável, nas democracias o ritmo é um pouco diferente, na ditadura você faz, mas na democracia não, você tem que entender que há interesses que estão lá, são reais, a valores e há interesses, os dois tem que ser tomados em consideração. Eu acho que faltou a nós naquele momento uma compreensão maior disso, botar para mais tarde certas medidas e tal, vale, mais depois.

intervenções fora do microfone.

FHC – Primeiro deixa dizer uma coisa, como eu sou velho eu tive várias gerações. [Risos] Quando eu tinha sei lá vinte, vinte e cinco anos, a luta não era pela democracia, era pela revolução, o socialismo, reforma sociais, subdesenvolvimento, quanto ao subdesenvolvimento. Isso pegou você também? A nossa paixão era o desenvolvimento, e entendido nisso também, avanços sociais. Quando veio a Ditadura, aí sim, e que nós tivemos mais clareza, e quando disse a minha geração, já maduro, era de que era democracia. Bom, eu acho que isso permanece como um valor e tal, como é que você pode traduzir isso nos dias de hoje? Hoje as pessoas traduzem isso em qualidade de vida, bem estar, o que está na rua hoje? Os protestos, e o mal estar. Teve crescimento econômico, teve alguma distribuição de renda, teve melhoria objetiva, mas você não tem uma sociedade que eu chamo de descente, que os serviços sociais básicos, educação, saúde, transporte que são assegurados, tem qualidade, é qualidade. Então eu acho que começa a ver um desenho. Isso é porque pode hoje, no nosso tempo antigo não tinha condição de nada nem de colocar a questão da pobreza, como foi possível colocar a partir da Constituinte, nem isso tinha, porque a pobreza era muito grande, você tinha que crescer, depois teve que fazer democracia e melhorar, incluir. Agora você precisa de mais coisas, você precisa de uma sensação de justiça, menos desigualdade, bem estar, qualidade de serviço, eu acho que é isso que está aí, o meio ambiente, são esses os temas que estão motivando a juventude, suponho, pelo menos até onde eu posso alcançar. Se eu durar até 100 anos, quem sabe eu invente outro mais tarde. [Risos]

Gilmar Mendes – Presidente eu gostaria de agradecer essa conversa, e agradecer também a todos que participaram, Serra, Eduardo. Agradecer essa oportunidade, e nós vamos depois trabalhar esses textos e colocar a disposição aí na academia para que...

FHC – Agora que a Constituição deu trabalho, deu. Tantas emendas, nós fomos campeões de emendas a Constituição. Pode contar lá, emendas aprovadas, era uma loucura, uma loucura, e valeu.

Gilmar Mendes – A gente sempre tem ressaltado que esse é o mais longo período de normalidade institucional, pelo menos da vida republicana, o que fala bem do texto constitucional, ainda que não exulte apenas de sua força normativa.

FHC – É, e preciso ir com cuidado agora, enfim, não inventar novas Constituintes.

intervenções fora do microfone.

FHC – Durou de 89 a 30.

Gilmar Mendes – Sim, mas com muitos sobressaltos. Eu estou falando do quadro de...

intervenções fora do microfone.

Gilmar Mendes – Isso, mas a república velha se você olhar, intervenções federais abusivas, estado sítio.

Gilmar Mendes – Comissão de verificação de poderes. Quer dizer, a democracia é muito Proforma. Era as Oligarquias, os cartolas, como os militares falavam, as oligarquias. Houve não só inclusão social, como democratização no Brasil, se você for olhar a composição do congresso hoje, olhar a composição do congresso, você recuar muito do tempo que nós estávamos lá, mudou muito, composição social, houve uma abertura, você pode discutir se é qualidade, tudo bem, isso é outra questão, vai levar tempo para você ter, mas que você teve uma ascensão de novas camadas ao capítulo do poder, teve. O que tem hoje que eu acho muito entristecedor, isso vem a partir do Governo Lula, para entrar nesse debate aí, é que houve um fechamento da agenda pública. Tudo que nós fizemos na Constituinte, no meu governo, no Governo Itamar, no meu governo, foi submetido a um crivo de debates enorme, qualquer mudança que se fazia era uma briga tremenda, pública, agora mudaram a lei do petróleo, a lei dos portos, a lei dos mineiros, sem discussão pública, não há debate.

intervenções fora do microfone.

Gilmar Mendes – É possível. É possível que sim, mas eu acho que é uma coisa propriamente política, quer dizer, a visão que prevalece hoje, é uma visão de que alguns sabem que tem que fazer, e vão fazer, e fazem, e a maioria aceita, e o problema que a maioria aceita, porque realmente houve um maior bem estar, então eu acho que houve um encurtamento da agenda pública do debate público, não tem. O que o Abner fala sempre, o espaço público diminuiu no Brasil, enormemente, enormemente, em comparação com o outro, mesmo com épocas anteriores.

José Serra – Por quê?

FHC – Eu acho que em função da prevalência de uma visão hegemônica de partido e de estado, e se junto com uma expansão econômica, que agora está mudando, começar a ver... A rua voltou a colocar questões. Mas esses anos todos foi um encurtamento.

Gilmar Mendes – Havia uma certa legitimação por conta do êxito econômico.

FHC – Exatamente.

intervenções fora do microfone.

FHC – Podem ser, tomara que sejam. Tomara, haja condução política para isso. Esse é o problema.

intervenções fora do microfone.

Gilmar Mendes –... Questões de necessidades imediatas?

FHC – Ah, vão.

intervenções fora do microfone.

FHC – Juscelino.

intervenções fora do microfone.

FHC – A partir do Regime Figueiredo começou haver debates, mas eu acho que houve um encurtamento muito grande da agenda no atual momento. Para começar, o Lula não tinha agenda, porque não precisava de agenda de transformação, não precisava, a coisa ia bem. Essa quando começa a ter, ela não sabe, ela faz tecnocraticamente, e está apanhando, e vai apanhar, porque aí vai apanhar. Agora começa a ser necessário ter uma visão mais ampla, mais política de negociação, ela não tem, o debate ficou muito restrito no Brasil. Você tem debate... Na mídia, mas aí é limitado, não tem força política, pode ser que eu seja injusto que eu não acompanhe lá o debate no congresso, mas que ecoe na sociedade quase não tem. A mim me espantou muito a questão do petróleo, porque o único ponto que deu briga foi os Royalties que não existem ainda do Pré-sal, foi o único ponto que foi realmente...

Gilmar Mendes – Hoje a gente percebe que esse tema de falta de recursos e tal, certa falta de harmonia no âmbito federativo, está causando esse tipo de escaramuça, o fundo de participação de estado, Royalties...

José Serra – Mas não é só isso, também a falta de governo.

Gilmar Mendes – É a falta de arbitragem, de encaminhamento dessas questões. Mas concretamente a gente vê que está, esse momento de tensão... O que leva inclusive a um quadro de não decisão.

FHC – Paralisa, não é?

Gilmar Mendes – É, paralisa.

José Serra – Você não tem um governo que dá um norte.

Gilmar Mendes – É, isso.

José Serra – E que coloca, não esqueça que o assunto dos Royalties foi introduzido pelo próprio governo, os Royalties nos estados.

FHC – O tema que está em debate foi todo pelo governo, a forma plebiscitária.

José Serra – Uma manobra eleitoral.

Gilmar Mendes – Sim.

FHC – Mas não é um projeto, é uma coisa que ocorreu. Eu acho a situação nossa preocupante, bastante preocupante.

José Serra – Agora essa questão do ICMS interestadual, que inclusive foi o governo que introduziu também.

Gilmar Mendes – Sim. Depois sair do debate já não consegue. E eu fico muito impressionado, e os estrangeiros que nos visitam, quando visitam o congresso, com uma certa perda de importância do congresso nos debates, se a gente olhar, por exemplo, o parlamento, mesmo no período pré 88, no período da transição, tem uma vitalidade enorme, se a gente pensar o Brossard e tal, e hoje não se dá muita atenção.

José Serra – Mas há uma perda de qualidade muito grande.

Gilmar Mendes – Ainda que seja, mas de qualquer forma a gente não vê sequer referência, digamos, a um pronunciamento.

FHC – Quando eu estava no Senado, vários discursos meus, vários, foram reproduzidos na íntegra pelos jornais, vários. Hoje você não tem nada, não tem nada, não é que não tenha discurso, lá é o congresso, diminuíram tanto, que a mídia não dá atenção, todos os dias eles estão brigando lá, estão fazendo discurso, brigando e tal, coisa, mas não ecoa. (risos).